



1564684



00135.225290/2020-29

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**

SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A

Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/conselho-nacional-direitos-humanos>**RECOMENDAÇÃO Nº 17, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020**

Recomenda que o procedimento de deliberação sobre solicitações de refúgio no Brasil observe as normas existentes e as melhores práticas internacionais, incluindo a realização de entrevistas para indeferimentos, a fim de garantir o direito do/a solicitante de ter seu caso devidamente analisado.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – CNDH, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, e tendo em vista especialmente o disposto no artigo 4º, inciso IV, que lhe confere competência para expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, e considerando a competência do Presidente do CNDH de manifestar-se, *ad referendum* do Plenário, em casos de relevância e urgência, nos assuntos de competência do CNDH, para apreciação na primeira reunião subsequente, conforme art. 18, IV de seu Regimento Interno (Resolução nº 01, de 09 de junho de 2015), **RESOLVE**:

CONSIDERANDO que o artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal consagra o princípio do devido processo legal e o princípio do contraditório e da ampla defesa e que é necessário garantir ao solicitante de refúgio o direito à manifestação no processo por meio da entrevista;

CONSIDERANDO que havendo apenas uma oportunidade de prestar declarações por escrito antes que seja tomada decisão efetiva nos casos de refúgio, não haverá chance suficiente de o solicitante de refúgio prover elementos fundamentais de seu caso;

CONSIDERANDO que o SisCONARE, sistema utilizado para apresentação do pedido de reconhecimento da condição de refugiado, está disponível somente em língua portuguesa dificultando ou até mesmo impossibilitando a compreensão total do solicitante de refúgio sobre as perguntas apresentadas e que tal incompreensão pode levar ao preenchimento incorreto ou incompleto do requerimento, de modo que não pode ser utilizado como fonte exclusiva para compreensão do relato do solicitante, fazendo-se necessária e imprescindível a oitiva presencial com possibilidade de auxílio por um intérprete;

CONSIDERANDO que a demanda por celeridade e economia na resolução de demandas no âmbito administrativo deve ser compreendida como garantia de duração razoável do processo que acomode, ao mesmo tempo, a possibilidade de fala do solicitante;

CONSIDERANDO que nas palavras de Eugênio Florian: “(...) o testemunho é o modo mais adequado para recordar e reconstituir os acontecimentos humanos, é a prova na qual a investigação judicial se desenvolve com maior energia”, afinal “o processo se refere a um pedaço de vida vivido, a um fragmento da vida social, a um episódio da convivência humana e daí ser natural e inevitável que seja representado mediante vivas narrações de pessoas.”^[1];

CONSIDERANDO que o contato direto com as pessoas em situação de refúgio revela que a entrevista representa oportunidade essencial para que elas superem obstáculos linguísticos, culturais e de baixa escolaridade, permitindo o adequado entendimento de quais são os detalhes de fato relevantes para a correta análise de seus pedidos, assim como o esclarecimento de situações nos países de origem ausentes dos relatórios internacionais disponíveis;

CONSIDERANDO que um ponto particular no processo de refúgio é o uso constante de intérpretes para estabelecer comunicação entre o solicitante de refúgio e o oficial representante do CONARE e que na entrevista, por meio do contato pessoal com o solicitante e com o intérprete, o oficial consegue realizar uma melhor avaliação a respeito da compreensão do solicitante sobre o processo e identificar possíveis ruídos na comunicação;

CONSIDERANDO que a Convenção Americana de Direitos Humanos, que usufrui de *status* supralegal na hierarquia legal brasileira, estabelece em seu **Artigo 8.1** que **toda pessoa tem direito a ser ouvida sempre que estiver em disputa a determinação de “direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.”**;

CONSIDERANDO que no emblemático caso Pacheco Tineo v. Bolívia^[2], a Corte Interamericana de Direitos Humanos se manifestou estabelecendo obrigações que devem ser observadas pelos Estados como forma de cumprimento às garantias elementares do devido processo legal no procedimento de determinação da condição de refugiado^[3]:

a) os Estados devem garantir ao requerente as facilidades necessárias, incluindo os serviços de um intérprete competente, bem como, se for o caso, o acesso à assistência jurídica e representação, a fim de apresentar o seu pedido às autoridades. Assim, o requerente deve receber as orientações necessárias sobre o procedimento a ser seguido de uma maneira que ele possa entender e, se apropriado, deve ter a oportunidade de contatar um representante do ACNUR;

b) O pedido deve ser examinado objetivamente por uma autoridade competente e claramente identificada, e o solicitante deve passar por uma entrevista pessoal.

CONSIDERANDO que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Pacheco Tineo v. Bolívia, sustentou a possibilidade de os Estados estabelecerem procedimentos acelerados para decidir sobre pedidos que sejam manifestamente infundados e abusivos, sobre os quais não há necessidade de proteção internacional, mas sem desprezar as garantias mínimas de uma entrevista^[4];

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.474/97, embora não preveja expressamente a palavra “entrevista”, estabelece em seu artigo 9º que a autoridade a quem for apresentada a solicitação deverá ouvir o interessado. No mais, o artigo 19 estabelece dois momentos para o procedimento de refúgio, “além das declarações, prestadas se necessário com ajuda de intérprete, deverá o estrangeiro preencher a solicitação de reconhecimento como refugiado”. Logo, enquanto a solicitação é claramente um documento (formulário), as declarações fazem parte de uma etapa relacionada à oralidade, com previsão de um intérprete;

CONSIDERANDO que o CONARE é a autoridade competente para ouvir o interessado, como decorrência natural da implantação do SisCONARE, uma vez que a autoridade a quem é apresentada a solicitação é o próprio CONARE;

CONSIDERANDO que o artigo 20 da Lei 9.474/1997 exige “funcionários qualificados” para o registro de declaração do solicitante. A instrução do processo caberia aos funcionários do CONARE que recebem treinamento específico para lidar com todas as particularidades e possíveis vulnerabilidades dos solicitantes de refúgio;

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos termos da Resolução Normativa nº 29 do CONARE, de 14 de junho de 2019, precisamente do dispositivo que estabelece que a instrução processual da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado contará com a realização de entrevista com o solicitante, a qual somente poderá ser dispensada, excepcionalmente, em caso de solicitação manifestamente fundada (ou seja, **o § 2º do artigo 6º da RN 29/2019 impede a dispensa de entrevista para os pedidos manifestamente infundados, permitindo apenas a realização de entrevistas simplificadas**);

CONSIDERANDO que a conclusão número 30 do Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR)^[5] manifesta a imprescindibilidade da instrução de pedidos de refúgio ser realizada por meio de entrevistas pessoais realizadas por profissionais devidamente capacitados em elegibilidade, as quais **deverão ser mantidas ainda que se apresentem casos de solicitações aparentemente infundadas**;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade de realização de entrevistas individuais também está presente nas nove ações fundamentais estabelecidas como padrão básico para o desenvolvimento regular do processo segundo o ACNUR^[6]; e

CONSIDERANDO que, segundo a Recomendação nº 4094830 - DPU SP/GABDPC SP/2DRDH SP, o CONARE julgou e indeferiu, em Reunião Plenária realizada no dia 20 de novembro de 2020, 17 (dezessete) processos de solicitação de refúgio, sem que nenhum tenha passado pela etapa da entrevista, alegando-se que se tratavam de pedidos manifestamente infundados.

RECOMENDA:

Ao Ministro da Justiça e Segurança Pública que:

1. *Garanta que o CONARE, por meio de sua Coordenação-Geral, atue a fim de que o procedimento de deliberação sobre solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil observe as normas existentes do próprio colegiado (tais como a Resolução Normativa 29/2019) e as melhores práticas internacionais, incluindo a garantia do direito do/a solicitante de ter seu caso devidamente analisado;*
2. *Garanta que o CONARE não dispense a entrevista de solicitantes cujos pedidos forem considerados manifestamente infundados, adotando em último caso procedimentos simplificados;*
3. *Não estabeleça padrões de indeferimento no CONARE simplesmente com base em critérios de nacionalidade e informações constantes do preenchimento do formulário de solicitação de refúgio, para evitar erros e análises precipitadas, que podem gerar tanto o prejuízo aos solicitantes de refúgio, quanto retrabalhos para a Administração Pública;*
4. *Anule os indeferimentos dos 17 (dezessete) processos de solicitações de refúgio, referentes a solicitantes que não passaram por entrevistas, ocorridos durante a 150ª Reunião Plenária do CONARE, de 20 de novembro de 2020, e somente retorne os casos à avaliação do Comitê após a realização das entrevistas.*

À Defensoria Pública da União que:

1. *Siga com o procedimento aberto com a Recomendação nº 4094830 - DPU SP/GABDPC SP/2DRDH SP, até que o CONARE preste as informações solicitadas e se manifeste em relação às recomendações presentes no referido documento.*

RENAN VINICIUS SOTTO MAYOR DE OLIVEIRA

Presidente

Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

^[1] FLORIAN, Eugênio. Prova Penal, São Paulo: Saraiva, 2000. p. 259.

^[2] Corte IDH – Família Pacheco Tineo vs. Estado Plurinacional de Bolívia. Sentença 25/11/2013.

^[3] Corte IDH – Família Pacheco Tineo vs. Estado Plurinacional de Bolívia. Sentença 25/11/2013, parágrafo 157.

^[4] Corte IDH – Família Pacheco Tineo vs. Estado Plurinacional de Bolívia. Sentença 25/11/2013, parágrafo 172.

^[5] Alto Comissariado das Nações Unidas. Comitê Executivo. Conclusão Nº30 (XXXIV) de 20 de outubro de 1983.

^[6] Alto Comissariado das Nações Unidas, Procedural Standards for Refugee Status Determination under UNHCR’s Mandate, pp. 1.2.



Documento assinado eletronicamente por **Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira, Presidente**, em 09/12/2020, às 14:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

